

Controle Interno e as Fundações de apoio à pesquisa universitária: uma análise do funcionamento do Controle Interno nas Fundações da Universidade Federal de Santa Catarina no ano de 2010
doi: 10.4025/enfoque.v29i3.11386

Natalia Kirchner Azevedo

Aluna do Curso de Graduação em Ciências Contábeis pela
Universidade Federal de Santa Catarina
kirchner.natalia@gmail.com

Sandra Rolim Ensslin

Doutora em Engenharia da Produção pela
Universidade Federal de Santa Catarina
Professora Adjunta I do Departamento de Ciências Contábeis da
Universidade Federal de Santa Catarina
senssln@gmail.com

Diane Rossi Maximiano Reina

Mestranda em Contabilidade pela Universidade Federal de Santa Catarina
dianereina@hotmail.com

RESUMO

O Controle Interno tem por finalidade planejar, organizar e supervisionar informações por meio de medidas que buscam proteger o patrimônio, incrementar a eficiência operacional e promover obediência às diretrizes administrativas. Por gerenciar recursos públicos, o Controle Interno torna-se um importante órgão que atua como supervisor dos procedimentos internos. Diante disso, este artigo tem como objetivo verificar a existência e a atuação do Controle Interno nas cinco Fundações de Amparo à Pesquisa da Universidade Federal de Santa Catarina. Trata-se de um estudo descritivo, com abordagem qualitativa dos dados e fontes de coleta dos dados primária. Conclui-se que, apesar da importância do Controle Interno, apenas três Fundações apresentam um órgão de controle; constatou-se também que alguns dos procedimentos que auxiliam o desenvolvimento harmônico e possibilitam maior eficiência nas operações não são praticados em várias das Fundações analisadas, procedimentos como: plano de carreira, relatórios de desempenho, manuais internos, rotação de funcionários e segregação de funções. Os Controles Internos analisados demonstram integralizar informações entre os setores contábil, administrativo, financeiro, de pessoal e a unidade de gerenciamento de projetos. Os gestores reconhecem a importância do Controle Interno para a Fundação e são unânimes em afirmar o interesse nisso para a promoção da eficiência operacional.

Palavras-chave: Controle Interno. Fundações. Fundação de Amparo à Pesquisa Universitária.

Internal Control and foundations to support university research: a review of the functioning of internal control in the foundations of the Federal University of Santa Catarina in 2010

Internal control is designed to plan, organize and supervise information through measures that seek to protect assets, increase operational efficiency and promote adherence to administrative policies. Manage public resources for internal control becomes an important organ of internal control that acts as a supervisor of internal procedures. Thus, this study aims to verify the existence and operation of internal control in five Foundations of the Federal University of Santa Catarina. This is a descriptive study using a qualitative approach and sources of primary data collection. We conclude that despite the importance of internal control, only three foundations have a control unit; consisted also that some of the procedures that help in the harmonious development and enable greater efficiency in operations, are not practiced in many of the foundations studied, procedures such as: career planning, performance reporting, internal manuals, employee turnover and segregation of duties. Internal controls above showed paid up information between the sectors: accounting, administrative, financial, personnel and project management

unit. The managers recognize the importance of internal control to the Foundation, and are unanimous in asserting an interest in internal control to promote operational efficiency.

Key words: Internal Control. Foundations. Foundation of the Support to University Research.

1 INTRODUÇÃO

Nas instituições públicas, o Controle Interno é um órgão que trabalha para que as ações tomadas pela entidade aumentem a probabilidade de que seus objetivos e metas sejam atingidos, conferindo a precisão e a confiabilidade dos dados (MENEZES et al., 2005). O sistema de controle pode evidenciar um conjunto de atividades que envolvam recursos da entidade, salvaguardando o equilíbrio das contas, alertando o surgimento de irregularidades e sanando-as em tempo hábil de forma a permitir uma competente gestão (QUEIROZ; QUEIROZ, 2007).

As Fundações de Amparo à Pesquisa são órgãos ligados aos respectivos governos estaduais e têm por objetivo funcionar como agências de fomento, financiando capital fixo e de giro que se associam às pesquisas ou aos projetos científicos e tecnológicos.

Por gerenciar valores públicos, as Fundações de Amparo à Pesquisa têm o dever de prestar contas aos seus respectivos órgãos financiadores e ao Ministério Público. Para cumprir essa função de proteção permanente e contínua do patrimônio público, destaca-se a importância da atuação de um órgão de Controle Interno, como uma forma de supervisão de todos os procedimentos internos. Segundo Roncalio, Alberton e Amaral (2009), a importância do Controle Interno se dá pelo acompanhamento da eficácia e eficiência das operações, da fidedignidade das informações contábeis e financeiras e da conformidade dos atos com as leis e normas estabelecidas.

Portanto, o Controle Interno deve atuar nas instituições de forma preventiva, fiscalizando e detectando erros e falhas para que, em tempo hábil, sejam tomadas medidas que evitem, reduzam ou corrijam atos que possam comprometer o alcance das metas e objetivos da organização (RONCALIO; ALBERTON; AMARAL, 2009). Nesse contexto, emerge a pergunta de pesquisa que orienta este trabalho:

Como ocorre a atuação do Sistema de Controle Interno nas Fundações de Amparo à Pesquisa? Para tanto o presente estudo tem por objetivo verificar a existência e atuação dos órgãos de Controle Interno das cinco Fundações de Amparo à Pesquisa da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Na busca de resposta ao problema central da pesquisa, foram formulados os seguintes objetivos específicos: (i) identificar a existência de órgãos de Controle Interno; (ii) analisar a estrutura organizacional; e (iii) verificar como ocorre o funcionamento do Sistema de Controle Interno em cada Fundação.

A relevância da pesquisa justifica-se por contribuir para que as Fundações proporcionem melhorias em seus sistemas de Controle Interno ou mesmo identifiquem sua importância como um instrumento de apoio à gestão. Tendo em vista que o Controle Interno destaca sua preocupação em coibir abusos, desvios e possíveis gestões fraudulentas tornando a gestão voltada à transparência e à aplicação real das verbas que são sistematicamente repassadas às Fundações. Assim, como a prevenção da possibilidade de que atos ilícitos estejam presentes, há a contribuição para o surgimento de um controle social com o intuito de que a sociedade participe ativamente.

Esta pesquisa está delimitada a investigar o funcionamento do Sistema de Controle Interno nas cinco Fundações de Amparo à Pesquisa Universitária da UFSC, sendo elas a Fundação de Amparo à Pesquisa e Extensão Universitária (FAPEU), a Fundação de Estudos e Pesquisas Sócio-Econômicos (FEPESE), a Fundação de Ensino e Engenharia de Santa Catarina (FEESC), a Fundação José Arthur Boiteux (FUNJAB) e a Fundação Centros de Referência em Tecnologias Inovadoras (CERTI).

O presente trabalho está assim organizado: após esta primeira seção de caráter introdutório, a

segunda seção é composta do Referencial Teórico e apresenta a revisão da literatura sobre as definições de Controle Interno e a estrutura organizacional do Controle Interno; na terceira seção, apresenta-se a metodologia da pesquisa e os procedimentos para coleta e análise dos dados; na quarta, está análise dos resultados; na quinta e última seção, apresentam-se as considerações finais. Por fim, elencam-se as referências utilizadas na pesquisa.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Os dois eixos teóricos que sustentam o presente estudo são explorados, em termos da revisão de literatura, nas subseções a seguir.

2.1 DEFINIÇÃO E OBJETIVO DO CONTROLE INTERNO

Dentre os artigos analisados, identificou-se que a maioria não apresenta o conceito de Controle Interno. Dentre os artigos que apresentam definições, percebe-se a inexistência de uma unidade de pensamento sobre o que se deve entender sobre Controle Interno. Sendo assim, selecionaram-se algumas definições e conceitos que informam a afiliação teórica do presente estudo. Esta seleção deu-se em função da existência de pontos em comum entre os diversos autores.

O controle é o resultado do planejamento, organização e supervisão de informações por meio de métodos e medidas que visam proteger os ativos, verificar a exatidão dos dados contábeis, incrementar a eficiência operacional e promover obediência às diretrizes administrativas, trabalhando para fornecer uma estrutura em que o trabalho das organizações seja executado de maneira mais segura (IMONIANA; NOHARA, 2004; THOMÉ; TINOCO, 2005; ARAÚJO; LUCA, 2006; QUEIROZ; QUEIROZ, 2007). O conceito é bastante amplo, e podemos verificar que o Controle Interno não só abrange os aspectos contábeis e financeiros, mas também os operacionais. Portanto, o Controle Interno está presente em qualquer ambiente empresarial, pois é a atividade que contempla todas as questões que envolvem a empresa, tanto no ambiente externo quanto interno.

A Organização Internacional de Entidades Fiscalizadoras Superiores (INTOSAI) define Controle Interno para o setor público como um processo fundamental efetuado por todos em uma entidade, projetado para identificar riscos e fornecer garantia razoável de que, ao se buscar cumprir a missão da entidade, os seguintes objetivos gerais serão atingidos: (i) executar operações de forma organizada, ética, econômica, eficiente e eficaz; (ii) estar em conformidade com as leis e os regulamentos aplicáveis; (iii) salvaguardar recursos contra perda, abuso e dano; e (iv) cumprir as obrigações de *accountability*.

Com intuito de atender às suas finalidades fundamentais, os sistemas de Controle Interno devem trabalhar de forma harmônica e integrada, sobretudo o sistema de auditoria interna que não deve ser considerado um sinônimo, já que este equivale à atividade de revisão e apreciação da atuação do Controle Interno (ATTIE, 2007). Ou seja, o Sistema de Controle Interno não deve ser confundido com o sistema contábil e financeiro que representa apenas um dos instrumentos do Controle Interno, este também não é sinônimo de auditoria interna, tendo em vista que o papel da auditoria é a revisão e apreciação da atuação dos controles internos que servem de base para toda a atividade de controle na Administração Pública (DAVIS; BLASCHEK, 2006).

2.2 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO CONTROLE INTERNO

Todo o processo de organização do Controle Interno contempla uma estrutura organizacional, política de recursos humanos, segregação de funções e ética que têm por objetivo proteger a organização de riscos que possam impossibilitar ou dificultar a sua gestão (THOMÉ; TINOCO, 2005; LÉLIS; MARIO, 2009; TRISCIUZZI; CARDOZO, 2009).

Um Controle Interno bem estruturado não deve ser considerado punitivo, mas, sim, como um sistema que desempenha um papel auxiliador, educativo e pró-ativo para auxiliar nas suas funções. Basicamente o Controle Interno trabalha para suprir as necessidades fundamentais de

usuários internos, seus gestores, diretores de departamentos, técnicos e demais servidores que se baseiam nos dados coletados e informados pelo controle para melhorar a execução dos seus trabalhos, e usuários externos, como Tribunal de Contas, Poder Legislativo, Ministério Público, sociedade entre outros que necessitam das informações para efetuar o controle das contas públicas (THOMÉ; TINOCO, 2005; DAVIS; BLASCHEK, 2006; QUEIROZ et al., 2008).

Para a existência de um sistema de Controle Interno são necessários preceitos básicos que determinam diretamente a solidez da estrutura do controle, ou se este possui falhas que conduzem ao erro ou fraudes (NASCIMENTO; SILVA; OTT, 2007). Essas ferramentas utilizadas para auxiliar o cumprimento dos objetivos do controle são chamadas de Princípios Básicos do Controle Interno. Dentre os vários princípios, os destacados pelos autores (QUEIROZ et al., 2008 apud VALE, 2004, p. 19) são:

- Adequação: todo controle deve estar adequado ao seu objetivo e aos objetivos de sua implantação.
- Universalidade: o Controle Interno deve compreender todo o universo de dados e características do seu objeto.
- Simplicidade: quanto mais simples for o controle mais eficiente serão os resultados por ele produzidos.
- Aglutinação: sempre que possível, todos os aspectos e elementos deverão ser aglutinados num único controle.
- Funcionalidade: a estrutura funcional de um controle deve permitir a sua fácil e eficiente operacionalização, tanto por quem o executa quanto para quem o utiliza.
- Revisão: todo controle deve ser periodicamente revisto para que se possa adequá-lo à realidade e evitar que se torne total ou parcialmente obsoleto e inadequado.

Segurança: os procedimentos e registros do controle devem ser escolhidos e implantados de forma a preservar, com a máxima segurança possível, as informações essenciais sobre o objeto controlado.

ATTIE (2007) ainda divide o Controle Interno por suas características, que podem ser peculiares à Contabilidade e à Administração. No controle

contábil, as atividades estão voltadas à salvaguarda do patrimônio e à fidedignidade dos registros contábeis, e é realizado ou superintendido pelo contador da entidade. No controle administrativo, os procedimentos buscam a eficiência operacional e a adesão à política traçada pela administração.

Para Attie (2007), os objetivos do Controle Interno, como a salvaguarda dos interesses da empresa, a precisão e confiabilidade dos informes e relatórios contábeis, financeiros ou operacionais, o estímulo à eficiência operacional e a aderência às políticas existentes, envolvem uma imensa gama de procedimentos e práticas que possibilitam a consecução do seu fim: o controle. Essas práticas dependem da qualificação do pessoal envolvido que levam adiante os procedimentos e das práticas do planejamento efetivo da entidade.

A salvaguarda dos interesses refere-se à proteção do patrimônio contra perdas e riscos devidos a erros e irregularidades. Uma entidade dispõe de enorme gama de atividades que requer conhecimento para a minimização das possibilidades de perdas e riscos. Os principais meios que podem dar suporte à salvaguarda dos interesses são:

- Segregação de funções: estabelece a independência das funções, em que ninguém deve ter sob sua inteira responsabilidade todas as fases inerentes a uma operação.
- Rotação de funcionários: com o rodízio dos funcionários designados a cada função, reduzem-se as oportunidades de fraudes e resulta em novas ideias de trabalho para essas funções.
- Legislação: corresponde à atualização permanente sobre a legislação vigente, visando diminuir riscos e não expor a empresa às contingências fiscais e legais pela não obediência aos preceitos atuais vigentes (ATTIE, 2007).

Para a informação ter validade, ela deve ser exata, confiável e oportuna e baseada em dados verídicos, e o suporte a essas informações são:

- Conciliação: indica a precisão ou diferenças existentes entre as diversas

fontes de informação, visando à eliminação tempestiva de possíveis pendências.

- Plano de Contas: compreende a classificação dos dados da entidade dentro de uma estrutura formal de contas. A existência de um manual de Contabilidade, acrescido do procedimento de uso das contas, fomenta a classificação e a utilização adequada de cada conta.

- Equipamento mecânico: a utilização de equipamento mecânico visa facilitar e agilizar o registro das transações, auxiliando na divisão de trabalho. A adoção de meios de registro mecânicos ou eletrônicos deve ser feita de acordo com a característica e necessidade da entidade (ATTIE, 2007).

O estímulo à eficiência operacional determina os meios necessários à condução das tarefas, de forma a obter entendimento, aplicação e ação tempestiva e uniforme. Cada setor de uma entidade necessita de uma linha de raciocínio e de conduta, pois as particularidades do segmento necessitam de indivíduos com conhecimento. Para permitir o desenvolvimento suave e harmônico de toda a empresa e possibilitar mais eficiência nas operações, os principais meios são:

- Seleção: possibilita a obtenção de pessoal qualificado para exercer com eficiência as funções específicas.

- Plano de Carreira: determina a política da empresa quanto às possibilidades de remuneração e promoção, incentivando o entusiasmo e satisfação do pessoal.

- Relatórios de desempenho: compreendem a identificação individual de cada funcionário, indicam suas virtudes e deficiências e sugerem alternativas necessárias ao aperfeiçoamento profissional.

- Manuais internos: sugerem clara exposição dos procedimentos internos, possibilitam prática uniforme, normatização e eficiência dos atos e previnem a ocorrência de erros e desperdícios (ATTIE, 2007).

Para melhor aderência às políticas existentes, que asseguram os desejos da administração definidos por meio das suas políticas e indicados pelos seus procedimentos, sejam adequadamente seguidos pelo pessoal, os principais meios para o embasamento são:

- Supervisão: uma supervisão permanente possibilita melhor rendimento pessoal, corrigindo-se rapidamente possíveis desvios e dúvidas decorrentes da execução de atividades. À medida do possível, a estrutura da entidade precisa permitir número funcionários em extensão compatível que possibilite efetiva supervisão. Quando não são aplicados os procedimentos de controle adequados, a eficiência do sistema de Controle Interno passa a depender, em grande parte, da supervisão exercida.

- Sistema de revisão e aprovação: indica, pelo método de revisão e aprovação que políticas e procedimentos estão sendo adequadamente seguidos.

- Auditoria interna: possibilita a identificação de transações realizadas pela empresa que estejam em consonância com as políticas determinadas pela administração (ATTIE, 2007).

Esses objetivos do Controle Interno visam à configuração de segurança adequada às atividades praticadas ao longo de toda a empresa, esses meios indicam a forma como os objetivos do controle podem ser cumpridos.

Attie (2007) também comenta que a responsabilidade pela implementação do Controle Interno é da administração, que também planeja, instala e supervisiona para que seja um sistema adequado. Apesar de que em muitas vezes as consequências inadequadas do Controle Interno chamem mais a atenção da administração, Attie (2007) reforça que as entidades devem ser preventivas e não reativas.

Contudo, um bom sistema de Controle Interno não constitui garantia absoluta contra ocorrência de fraudes ou irregularidades. Bons sistemas de Controle Interno previnem contra a fraude e minimizam os riscos de erros e irregularidades, e sua eficiência permite detectar essas irregularidades de atos intencionais ou não. Esses erros podem ser de interpretação, por aplicação errônea dos princípios contábeis, e de omissão, pela não aplicação ou mesmo má aplicação dos procedimentos prescritos nas normas em vigor. Detectando essas irregularidades, o Controle Interno oferece maiores possibilidades de pronta identificação das fraudes.

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

Esta seção tem por objetivo apresentar: (i) o enquadramento metodológico da pesquisa; (ii) os procedimentos para revisão da literatura; e, (iii) os procedimentos para coleta dos dados

3.1 ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO

No que concerne aos objetivos, esta pesquisa caracteriza-se como um estudo de natureza descritiva (GIL, 1997), por descrever e analisar o comportamento das cinco Fundações em termos do funcionamento de seus órgãos de Controle Interno.

Em relação à natureza do artigo, este trabalho se enquadra como um estudo prático e tem as características de um estudo *Survey* (TRIPODI; FELLIN; MEYER, 1981), uma vez que procura descrever com exatidão algumas características dos controles internos das Fundações analisadas.

A coleta de dados ocorreu por meio da aplicação de um questionário aos gestores das cinco Fundações, configurando-se assim como dados primários (RICHARDSON, 1999).

3.2 PROCEDIMENTOS PARA REVISÃO DA LITERATURA

Os artigos que compõem o referencial teórico do presente estudo foram identificados nos quatro principais congressos de Contabilidade do Brasil: Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, Congresso Brasileiro de Custos, EnANPAD e ANPCONT.

A busca nos congressos abrangeu o período de 2004 a 2009, a palavra utilizada para a identificação dos artigos foi Controle Interno no título, no resumo e/ou nas palavras-chave. Nesse processo, foram identificados 42 artigos; após a leitura destes, foi efetuada a exclusão de um artigo por não estar alinhado ao tema deste trabalho, resultando em um portfólio de 41 artigos que compõem o referencial teórico da pesquisa.

3.3 PROCEDIMENTOS PARA COLETA DOS DADOS

Para a coleta de dados foi utilizado instrumento de pesquisa de natureza primária. Para tanto, foi elaborado um questionário contendo 12 questões, com seis questões fechadas, duas questões, com uma fechada e outra aberta e quatro com questões abertas.

A primeira questão tem por objetivo identificar a existência de um setor de Controle Interno na Fundação, atendendo ao primeiro objetivo específico; a segunda questão busca averiguar quais os setores cujas informações são integradas pelo setor de Controle Interno; a terceira questão, procura explicitar o processo dos documentos pelos setores da Fundação antes e após passar pelo Controle Interno. A quarta questão busca identificar a contribuição do Controle Interno para o desempenho da Fundação; já a sétima questão tem por objetivo analisar a estrutura organizacional – segundo objetivo específico. E, por fim, da quinta à décima segunda questão procuram responder ao terceiro objetivo específico: verificar como ocorre o funcionamento do Controle Interno de cada Fundação.

4 RESULTADOS

Para a identificação das características de cada Controle Interno e outros objetivos, foi aplicado um questionário com 12 questões no dia 22 de junho de 2010 em cada Fundação.

Dentre as cinco Fundações analisadas, apenas três afirmaram a existência de um Órgão de Controle Interno o que demonstra um ponto negativo, apesar de mais da metade delas possuir um controle. As entidades que não o têm podem sofrer fraudes, passar por auditoria externa e colocar em risco a administração do dinheiro quanto aos projetos de pesquisa da Universidade que elas administram.

Os Controles Internos analisados demonstram grande participação dentro da fundação em que estão implantados, integralizando informações entre pelo menos outras quatro unidades de gerenciamento. Dentre os setores estão o contábil,

o administrativo, o financeiro, o de pessoal e a unidade de gerenciamento de projetos. Essa inter-relação também foi comprovada no andamento dos documentos analisados pelos setores da

Fundação, permitindo que o controle contemple todas as questões pertinentes da Fundação e auxilie no processo de planejamento, organização e supervisão.

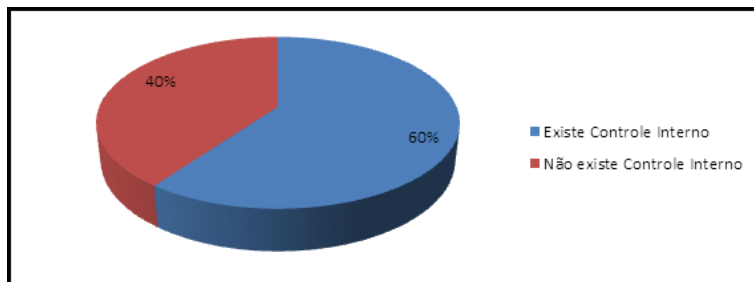


Gráfico 1 – Existência do Órgão de Controle Interno nas Fundações

Confirmando a teoria de que o Controle Interno trabalha de forma a auxiliar na eficácia dos objetivos da entidade, o Controle Interno foi considerado por todas as três Fundações como um Órgão que contribui no desempenho de um papel auxiliador, educativo e pró-ativo. Com isso, a eficácia em auxiliar nas funções da Fundação trabalha com a prevenção de possíveis intervenções externas, quanto à fidedignidade dos dados publicados e quanto à administração dos projetos.

Quanto às características operacionais das Fundações que auxiliam ou possam auxiliar o Controle Interno, tanto na precisão das informações como no estímulo à eficiência e à aderência às políticas da entidade, pode-se perceber, no Gráfico

2, que a maioria dos procedimentos estruturais são adotados. Porém o item *Manuais Internos* não é muito utilizado pelas Fundações, o que faz muita diferença no auxílio ao Controle Interno, pois cada Fundação tem sua particularidade de conduta, e uma clara exposição dos procedimentos internos possibilita mais confiança nos dados e previnem a ocorrência de erros.

Cada Fundação tem suas características quanto aos seus colaboradores, e alguns procedimentos, além de eficientes em relação ao resultado operacional, são fundamentais para permitir um desenvolvimento harmônico de toda a entidade. O Gráfico 3 apresenta as características dos procedimentos adotados pelas Fundações.

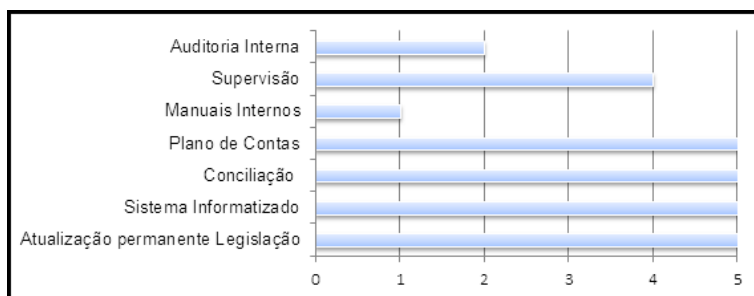


Gráfico 2 – Características da Estrutura Organizacional

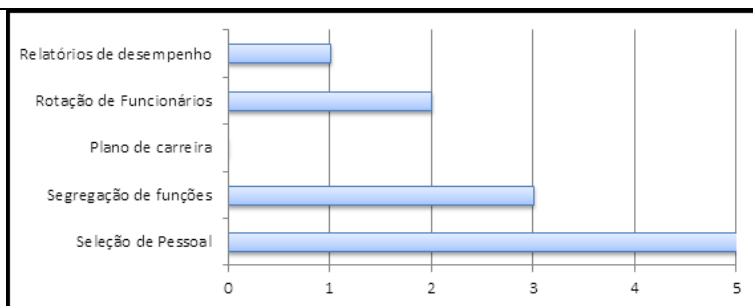


Gráfico 3 – Características dos Procedimentos

O Gráfico 3 ilustra esses procedimentos e mostra que o plano de carreira não é utilizado por nenhuma das cinco Fundações, o que demonstra o pouco interesse no efetivo desenvolvimento pessoal e profissional de seus colaboradores. Ademais, estão perdendo a oportunidade de aprimorar os colaboradores para futuras necessidades da entidade. Os relatórios de desempenho também são explorados por apenas uma Fundação, que, além de oferecerem benefícios externos, como os relatórios de sustentabilidade e ética, os benefícios internos também são aparentes com o contínuo aperfeiçoamento operacional. O rodízio de funcionários também não é muito utilizado, mesmo sendo uma maneira eficiente de redução de fraudes e de novas ideias de trabalho para tantas funções.

Dos preceitos básicos da estrutura de controle interno, das três Fundações, todas determinaram que os registros do controle preservam a segurança das informações. Isso prova que o Princípio da Segurança é um fator determinante

para o Controle Interno dessas Fundações. Os Princípios da Simplicidade e Funcionalidade foram caracterizados em duas Fundações, que registram tanto o quanto é considerado um Órgão simples para a Fundação, quanto para quem o executa. O Princípio da Aglutinação foi caracterizado em apenas uma das três Fundações, o que indica que as informações estão ligadas a um único controle interno, uma característica muito importante para a preservação da eficiência operacional. Apenas uma das Fundações apresentou o Princípio da Universalidade, que caracteriza o Controle Interno como um Órgão que compreende todo o universo de dados da Fundação, o que indica que os outros dois Órgãos de Controle Interno precisam crescer mais para atender a todos os dados da Fundação. Uma estrutura de Controle Interno bem estruturada e com maior solidez em seus resultados necessita de uma boa adequação quanto aos princípios, já que estes auxiliam num melhor cumprimento de seus objetivos e conduzem a entidade a uma estrutura com minimização de erros e fraudes.

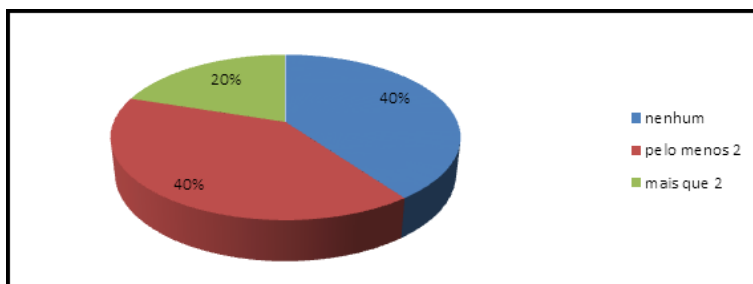


Gráfico 4 – Princípios identificados no Controle Interno das Fundações

No questionamento sobre o maior interesse do Controle Interno para a Fundação, todas as Fundações indicaram a promoção da eficiência operacional, e apenas duas ainda indicaram

atender às obrigações fiscais e à proteção do patrimônio. Esse aspecto se mostra curioso uma vez que os fatores indicados estão interligados com os preceitos da questão ilustrada pelo

Gráfico 3, e estes não são totalmente utilizados. Um bom Controle Interno que possibilite uma melhor aderência a essas práticas precisa necessariamente de procedimentos e planejamentos efetivos da entidade, como um plano de carreira, relatório de desempenho e rotação de funcionários que são muito pouco utilizados por essas Fundações.

Quanto à representação da importância do Controle Interno dentro da Fundação, duas Fundações indicaram alta importância; e uma Fundação, baixa importância. O intervalo de tempo em que essas Fundações são submetidas às auditorias externas é em média de duas a três vezes ao ano. Esses fatores mostram que, conforme a importância que lhe é agregada, o Controle Interno pode tanto trabalhar de forma a auxiliar na eficácia dos objetivos da Fundação, ou simplesmente ser um Órgão de fachada e apenas trabalhar após a consumação dos fatos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo objetivou verificar a atuação do Controle Interno nas Fundações de Amparo à Pesquisa da Universidade Federal de Santa Catarina, bem como a estrutura, o funcionamento e a importância dada aos respectivos controles de cada Fundação. Durante a realização do estudo, observou-se que existem mecanismos que as entidades podem utilizar para estruturá-lo na Fundação, bem como procedimentos que facilitem e aperfeiçoem os objetivos do Controle Interno.

A validação conceitual do presente estudo foi realizada por meio de um questionário aplicado em cada Fundação da UFSC. Com base nessas informações, conclui-se que o Controle Interno existente na maioria das Fundações, ou seja, 60% das fundações pesquisadas realizam os procedimentos de forma estruturada pela entidade, porém a execução do Controle Interno está estritamente ligada à sua estrutura organizacional. Percebe-se que o nível de Controle Interno algumas vezes é qualificado apenas por seu caráter moralista.

Alguns dos procedimentos que as entidades podem adotar com relação aos seus

colaboradores, que permitem o desenvolvimento harmônico e possibilitam mais eficiência nas operações, não são praticadas em várias das Fundações analisadas, procedimentos como: plano de carreira, relatórios de desempenho, manuais internos, rotação de funcionários e segregação de funções. Esses fatos comprovam que muitas das Fundações necessitam de procedimentos estruturais e de aderência a políticas que possam auxiliar nas particularidades de cada Controle Interno. A falta dessas condutas pode resultar em indicadores negativos, gerando informações que não possuem segurança ao Controle Interno.

A pesquisa mostrou ainda que todas as Fundações que possuem Controle Interno identificam os princípios de controle nos seus processos, caracterizando um controle simples, funcional e seguro. Os princípios da aglutinação e da universalidade inexistem na maioria das Fundações. Esse fato deve-se principalmente por diretrizes da administração, em que mais uma vez é caracterizado pelo nível de controle que a entidade pretende enfatizar nos seus processos.

Um ponto a ser destacado é a importância que as Fundações depositam no Controle Interno, que, junto com os intervalos de tempo em que acontecem as auditorias externas, podem ser realmente comprovadas, como sendo um Controle Interno eficaz nos seus objetivos e na execução do seu fim.

Os resultados encontrados neste estudo, muito embora não possam ser generalizados, são coincidentes em muitos aspectos da literatura e suficientes para esclarecer a real utilidade de um controle interno, conforme as abordagens que foram destacadas.

Como limitações da presente pesquisa, aponta-se o aspecto de que foi realizada somente com as Fundações de Amparo à Pesquisa da UFSC. Com base na limitação apontada, sugere-se para futuras pesquisas construir um mapa de características de outras Fundações, expandindo o tamanho da amostra, para estudar de forma comparativa e possibilitar a identificação das entidades mais organizadas e com um Controle Interno mais preparado.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Paolo Giuseppe Lima de. LUCA, Márcia de. Controladoria e gerenciamento do risco operacional: um estudo nas grandes empresas do estado do Ceará. In: CONGRESSO USP CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 6., 2006, São Paulo. **Anais Eletrônicos...** São Paulo, 2006.

ATTIE, Willian. **Auditoria: conceitos e prática**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

CASTRO, Cláudio de Moura. **A prática da pesquisa**. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1977.

CAVALCANTE, Danival Sousa; PETER, Maria Glória Arrais; MACHADO, Marcus Vinícius Veras. Organização dos órgãos de Controle Interno municipal no estado do Ceará: um estudo na região metropolitana de Fortaleza. In: CONGRESSO USP CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 8., 2008, São Paulo. **Anais Eletrônicos...** São Paulo, 2008.

DAVIS, Marcelo David; BLASCHEK, José Roberto de Souza. Deficiências dos sistemas de Controle Interno governamentais atuais em função da evolução da economia. In: CONGRESSO USP CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 6., 2006, São Paulo, **Anais Eletrônicos...** São Paulo, 2006.

FILHO, José Francisco Ribeiro; LOPES, Jorge Expedito de Gusmão; PEDERNEIRAS, Marcleide Maria Macêdo; FERREIRA, Joaquim Osório Liberalquino. Marcos Regulatórios do Controle Interno: Uma análise focada na Ambientação com o Controle Externo e o Controle Social no Contexto da Administração Pública Federal, Estadual e Municipal. In: EnANPAD, 30., 2006, Salvador, **Anais Eletrônicos...** Salvador, 2006.

GIL, Antonio Carlos. **Metodologia do ensino superior**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1997.

IMONIANA, Joshua Onome; NOHARA, Jouliana Jordan. Cognição da estrutura de controle interno: uma pesquisa exploratória. In: EnANPAD, 28., 2004, Curitiba. **Anais**

Eletrônicos... Curitiba, 2004.

INTOSAI. Guidelines for internal controls standards for the public sector 2004. Disponível em: <<http://intosai.connexcc-hosting.net/blueline/upload/1guicspubsece.pdf>>. Acesso em: 15 dez. 2005.

JUNIOR, Moacyr da Cruz Costa; SOUZA, Milanez Silva de. Auditoria do sistema de custeio da coleta de resíduos sólidos urbanos do município de Jabuticatubas – Minas Gerais. In: CONGRESSO DE CUSTOS, 11., 2004, Bahia. **Anais Eletrônicos...** Bahia, 2004.

JUNIOR, Valderio Freire de Moraes; ARAÚJO, Aneide Oliveira. Características do Controle Interno nas empresas de serviços contábeis. In: CONGRESSO USP CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 6., 2006, São Paulo. **Anais Eletrônicos...** São Paulo, 2006.

LÉLIS, Débora Lage Martins; MARIO, Pueri do Carmo. Auditoria interna com foco em governança, gestão de riscos e controle interno: análise da auditoria interna de uma empresa do setor energético. In: CONGRESSO USP CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 9., 2009, São Paulo. **Anais Eletrônicos...** São Paulo, 2009.

MENEZES, Carlos Emmanuel de O.; CARDOSO, Silvio; CAMPOS, Soraya Nair B. M.; SOUZA, Milanez Silva. *Modelo Fleuriet como ferramenta na prática da auditoria contábil*. In: CONGRESSO DE CUSTOS, 12., 2005, Florianópolis, **Anais Eletrônicos...** Florianópolis, 2005.

PEIXOTO, Fernanda Maciel; PINTO, Kleber Carlos Ribeiro; REIS, Ernando Antônio dos. Controle Interno e a avaliação de desempenho através de indicadores operacionais em uma instituição pública: uma proposta para FAPEMIG. In: EnANPAD, 29., 2005, Brasília, **Anais Eletrônicos...** Brasília, 2005.

QUEIROZ, Dimas Barreto de; CUNHA, Marília Caroline Freire; SANTOS, Jannielly Krystianne Laurentino dos; QUEIROZ, Edgard José Pessoa de; QUEIROZ, Ricardo Medeiros de. Uma análise do funcionamento do sistema de Controle Interno

nas administrações públicas municipais paraibanas. In: CONGRESSO DE CUSTOS, 15., 2008, Curitiba. **Anais Eletrônicos...** Curitiba, 2008.

QUEIROZ, Edgard José Pereira de; QUEIROZ, Dimas Barreto de. Contabilidade de Custos como instrumento de promoção da eficiência nos serviços públicos municipais. In: CONGRESSO DE CUSTOS, 14., 2007, João Pessoa, **Anais Eletrônicos...** João Pessoa, 2007.

RONCALIO, Michele Patricia; ALBERTON, Luiz; AMARAL, Edair do. Organização e atuação dos órgãos centrais de Controle Interno nos municípios de Santa Catarina: uma análise nos municípios com mais de 50.000 habitantes. In: EnANPAD, 33., 2009, São Paulo, **Anais Eletrônicos...** São Paulo, 2009.

SANTOS, Hudson dos; LUCHI, Paulo Roberto. A importância do Controle Interno sob o enfoque da despesa com pessoal no âmbito municipal. In: CONGRESSO DE CUSTOS, 12., 2005, Florianópolis, **Anais Eletrônicos...** Florianópolis, 2005.

SILVA, Ivanda Soares da, SIENA, Osmar. Característica de gestão e do controle em uma universidade pública federal: uma análise de documentos oficiais. In: EnANPAD, 33., 2009, São

Paulo, **Anais Eletrônicos...** São Paulo, 2009.

SOUZA, Antonio Carlos de; FIALHO, Francisco Antonio Pereira; OTANI, Nilo. **TCC: métodos e técnicas**. Florianópolis: Visual Books, 2007.

TRIPODI, Tony; FELLIN, Phillip; MEYER, Henry J. **Análise da pesquisa social: diretrizes para o uso de pesquisa em serviço social e ciências sociais**. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1981.

THOMÉ, Valmir Alberto; TINOCO, João Eduardo Prudêncio. *A existência do Controle Interno como auxílio à governança para gerar informações aos stakeholders das entidades públicas: a realidade em 20 prefeituras do estado do Paraná – Brasil*. In: CONGRESSO USP CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 5., 2005, São Paulo, **Anais Eletrônicos...** São Paulo, 2005.

Endereço dos Autores:

Rua Frederico Veras, 115 – Apto 504
Florianópolis – SC – Brasil
88040-200

ANEXO A: Questionário sobre Atuação do Órgão de Controle Interno das Fundações

1 - Existe um Órgão de Controle Interno na Fundação?

- () sim
() não

2 - Quais os setores que integralizam informações com o Controle Interno?

- () Administrativo
() Contábil
() Financeiro
() Jurídico
() Pessoal
() Outros. _____

3 - Explicar o andamento dos documentos pelos setores da Fundação, antes e após sair do Controle Interno.

R: _____

4 - O Controle Interno contribui no desempenho de um papel auxiliador, educativo e pró-ativo nas funções da Fundação?

- () sim () não

5 - Quais documentos passam pelo Controle Interno?

R: _____

6 - Que etapas estes documentos percorrem dentro do Controle Interno?

R: _____

7 - Assinale a(s) alternativa(s) que caracteriza(m) a estrutura organizacional da Fundação:

- ☐ () Existe uma atualização permanente da legislação
- ☐ () Sistema informatizado
- ☐ () Conciliação das informações
- ☐ () Plano de contas
- ☐ () Manual de procedimentos internos
- ☐ () Supervisão dos procedimentos
- ☐ () Auditoria Interna

8 - Quanto aos seus colaboradores, assinale o(s) procedimento(s) adotado(s) pela Fundação:

- ☐ () Seleção de pessoal
- ☐ () Segregação de funções
- ☐ () Plano de carreira
- ☐ () Rodízios de funcionários periódicos
- ☐ () Relatórios de desempenho

9 - Assinale a(s) alternativa(s) que determinam os preceitos básicos da estrutura de Controle Interno da Fundação:

- ☐ () O Controle Interno compreende todo o universo de dados da Fundação
- ☐ () Os elementos analisados são aglutinados em um único Órgão de Controle
- ☐ () O Controle Interno é considerado um Órgão simples para a Fundação
- ☐ () A estrutura organizacional é considerada fácil por quem o executa e o utiliza
- ☐ () Os registros do Controle preservam a segurança das informações

10 - Os procedimentos realizados pelo Controle Interno são utilizados com maior interesse em:

- ☐ () Promover eficiência operacional
- ☐ () Atender obrigações fiscais
- ☐ () Proteger o patrimônio
- ☐ () _____

11 - Assinale com um X a alternativa que melhor representa a importância do setor de Controle Interno dentro da Fundação, quanto as suas informações:

- ☐ () Alta importância
- ☐ () Média importância
- ☐ () Baixa Importância

12 - Em que intervalo de tempo a Fundação é submetida a auditorias externas?

R: _____